



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

SESSÃO ORDINÁRIA DE 17 DE FEVEREIRO DE 2023

ATA N.º 2/2023

(CONTÉM 38 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no miniauditório municipal, pelas dez horas e trinta minutos, com a seguinte ordem do dia:

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Aprovação da ata da sessão realizada a 29 de dezembro de 2022;
4. Minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a União de Freguesias de Iфанes e Paradela, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivos e deliberativos, previstas na lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações;
5. Minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesias de Duas Igrejas no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivos e deliberativos, previstas na lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações;
6. Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social – Decreto-Lei n.º 55/2020, 12 de agosto;
7. Delegação de competências atribuídas aos Municípios no domínio do estacionamento público na CIM-TTM, por aplicação do Decreto-Lei n.º 207/2008, de 29 de novembro;
8. Proposta de alteração ao regulamento n.º 87/2021, de 26 de janeiro, Regulamento de Utilização e Cedência de Viaturas do Município de Miranda do Douro;
9. Eleição de dois membros para representação da Assembleia Municipal na Comissão de Revisão do Plano Diretor Municipal, um efetivo e um suplente;
10. Proposta de Recomendação à Assembleia Municipal sobre o funcionamento das sessões da Assembleia Municipal e a comunicação com os munícipes;



A

11. Apreciação da informação a prestar pela Sr.^a Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Óscar João Atanásio Afonso, António Manuel Marques Santos, Pedro Velho Ferreira, Marisa Cristina Torrado Ortega, Paulo Augusto Rodrigues Barbosa, Eduardo Luís Tiago B. Sanches da Gama, Vera Lúcia Alves Ruano, Marisa Pardal Lavrador, Emanuel Pinto Bernardo, Urbino Anjos Correia, Bárbara Alexandra Couto Fráguas, Carlos Eduardo Córdova Pera, José Marcelino Antão, Camilo António Vaz das Neves Raposo, Francisco José Carvalho Parreira, Galdino Manuel Fernandes Raimundo, António Jorge Jacoto Lourenço, António José Fernandes Ribeiro, Lísis Fernandes Gonçalves, Tiago Filipe Fernandes Martins, Nélio Miguel Seixas, Luís Miguel Poço Santiago, Silvino Francisco Preto Silva, António Preto Mamede.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros:

Maria Virgínia Lopes Preto, Júlio Ricardo Gonçalves Miguel, Clara Inês Lucas Martins, Fernando Vaz da Neves, Jorge Jacoto Lourenço, tendo as respetivas faltas sido justificadas.

O Deputado Fernando Vaz das Neves foi substituído pela Deputada Marisa Pardal Lavrador, e o Presidente da Junta de Freguesia de Picote, Jorge Jacoto Lourenço, foi representado por Manuela Alexandra Marques Monteiro, Tesoureira da referida Junta de Freguesia.

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo:

Helena Maria da Silva Ventura Barril, Nuno Marcos Rodrigues, Vítor Manuel Vaz Bernardo e Carlos do Nascimento Ferreira.

Constatou-se a ausência do seguinte membro do Órgão Executivo:

Júlio Meirinhos Santana.

Comprovada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Óscar João Atanásio Afonso, declarou aberta a sessão eram dez horas e quarenta minutos.

O **Presidente da Assembleia Municipal** começou, naturalmente, por cumprimentar as senhoras deputadas e os senhores deputados municipais, os senhores Presidentes de Junta de Freguesia,



A

bem como todos os participantes, e iniciou os trabalhos passando ao ponto número um da ordem do dia.

1. Informações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os intervenientes apresentassem as informações que considerassem importantes para este concelho e, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, prosseguiu deixando uma breve nota alusiva ao negócio das barragens, referindo, a propósito dos impostos das barragens, que o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, o Doutor Nuno Félix, determinou que se efetuasse a liquidação do IMI sobre as barragens, nos casos em que forem propriedade das concessionárias.

Congratulou-se em seu nome e em nome de todos os membros desta assembleia municipal pelo facto, manifestando uma enorme satisfação não só da sua parte, mas também da parte de todos os elementos que integram esta assembleia. Ainda a propósito desta questão, comentou que a reunião extraordinária realizada nesta assembleia no mês de janeiro também havia tido algum impacto e que contribuíra positivamente para que isso acontecesse.

Manifestou o seu agrado em relação ao clima de consenso que se verificava entre todos os membros deste órgão deliberativo, afirmando que teria todo o gosto que este clima se mantivesse, e que todos convergissem no mesmo sentido, já que seria para benefício de todos.

Agradeceu a todos pela forma como participaram e como ajudaram na reunião extraordinária que decorreria dia dezasseis de janeiro.

Continuou a sua intervenção fazendo alusão às informações que foram remetidas a esta Assembleia Municipal, as quais, entretanto, haviam sido enviadas para conhecimento a todos os presentes. Nestas, incluíam-se várias moções, nomeadamente da Assembleia Municipal de Bragança, relativas ao Plano Ferroviário Nacional, e do Município de Bragança sobre a recomendação para a eliminação da pobreza energética. Uma outra moção foi endereçada a esta Assembleia por parte do Município de Alfândega da Fé sobre o direito ao trabalho com dignidade e justiça para os trabalhadores afetos aos serviços municipais dos ecocentros municipais e recolha seletiva de Resíduos do Nordeste. A Assembleia Municipal de Bragança também enviou missiva respeitante à tomada de posição sobre a quebra na produção de castanha na Terra Fria do Nordeste Transmontano, em relação às quais esta Assembleia Municipal se solidarizou.

Transmitiu que as atas das duas reuniões anteriores, que normalmente constariam no ponto número três da ordem de trabalhos, não estariam disponíveis para aprovação naquela sessão, atendendo à extensão das gravações. Assim sendo, de forma excecional não se discutiriam



A

naquela sessão, pelo que apresentou um pedido de desculpas e aludindo à sua apresentação na reunião seguinte.

2. Período antes da ordem do dia.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os intervenientes expusessem os assuntos que entendessem apresentar e de fundamental importância para este concelho, inscrevendo-se os membros seguintes: Óscar Afonso, António Santos, Lísis Fernandes, Bárbara Fráguas, José Marcelino Antão, Emanuel Bernardo, Vera Ruano e Tiago Sanches da Gama.

O **Presidente da Assembleia Municipal** aludiu que pretendia apresentar uma moção, semelhante à proposta apresentada por Bragança, sobre o Plano Ferroviário Nacional, linha de alta velocidade, Porto – Zamora – Madrid - Beira e Trás – os - Montes.

Lembrou que naquela Assembleia já fora louvado o trabalho que a Associação Vale de Ouro fizera, mas que, no entanto, não fora aprovada nenhuma moção nesse sentido, pelo que propôs que a moção fosse subscrita por todos os membros presentes, pelos Senhores Deputados Municipais e pelos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, passando de imediato a ler a referida moção.

“Considerando que:

- 1 - O governo, no Plano Ferroviário Nacional, que atualmente se encontra em consulta pública, aponta para a escolha do corredor Aveiro – Viseu - Salamanca como sendo a opção para o futuro corredor Internacional Norte, e aí construir a futura linha de alta velocidade;*
- 2 - A Associação Vale de Ouro desenvolveu e apresentou um estudo que desmistificou a impossibilidade de se construir uma linha ferroviária de alta velocidade a norte do Rio Douro, desconstruindo a ideia de que a norte do terreno era demasiado acidentado e que a orografia inviabilizava uma solução técnica desta natureza;*
- 3 - Esta nova solução apresenta claras vantagens para o país, sendo já do conhecimento do Governo;*
- 4 - Em termos de tempo de viagem, constata-se que e de ambas as propostas, a ligação Porto - Vila Real – Bragança - Zamora, com passagem pela Terra de Miranda, é a que apresenta maior rapidez, oferecendo um tempo de viagem de duas horas e quarenta e cinco minutos, contra as quatro horas e trinta minutos possíveis por Aveiro – Viseu – Salamanca;*
- 5 - A ligação proposta, Porto - Vila Real – Bragança - Zamora permitirá desencravar Trás - os - Montes do isolamento e despovoamento que se acentua ano após ano, aproximando a região da Europa e do país, passando a estar integrada num eixo interurbano de escala Ibérica.*



6 - Atualmente em Trás – os - Montes não existe nenhuma linha, nenhuma via férrea e em território nacional, a estação mais próxima do Pocinho localiza-se a cento e doze quilómetros de Miranda do Douro. Com tempo de viagem de cerca de uma hora e vinte minutos, estando a região totalmente dependente do modo rodoviário para a sua mobilidade, não cumprindo assim as metas de mobilidade sustentável e descarbonização definidas pela União Europeia em dois mil e onze no Livro Branco dos Transportes.

7 - Sendo que, à data está em curso um investimento de quinhentos milhões de euros na linha da Beira Alta e caso seja decidida a construção da linha Aveiro – Viseu - Salamanca irá sobrepor-se a uma linha que está a ser alvo de uma modernização integral.

8 - A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro, Doutora Helena Barril, já apresentou publicamente a sua preocupação pela não inclusão da Terra de Miranda na futura rede de alta velocidade.

A Assembleia Municipal de Miranda do Douro, reunida na sessão ordinária de dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e três, deliberou reclamar e exigir junto do Governo a inclusão do corredor Porto - Vila Real – Bragança - Zamora, no Plano Ferroviário Nacional como sendo o futuro eixo de alta velocidade Norte Portugal.

Mais deliberou, que a presente moção seja enviada para as seguintes entidades: Sua Excelência, o Presidente da República; Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República, Sua Excelência, o Primeiro-Ministro, o Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática, o Senhor Presidente das Infraestruturas de Portugal; os Senhores Presidentes das Câmaras e Assembleias Municipais do Distrito de Bragança; e à Comunicação Social.”

Concluída a leitura da moção, pô-la a votação, tendo sido subscrita por todos os membros desta Assembleia e aprovada por unanimidade.

O Deputado António Santos cumprimentou todos os que se encontravam na reunião e, dando continuação à sua intervenção, declarou que, à semelhança do que o senhor Presidente da Assembleia já tinha feito, também o grupo municipal do Partido Socialista se congratula com a decisão do Governo de obrigar as barragens a pagar o IMI.

Salientou a importância que havia tido a última reunião extraordinária da Assembleia, afirmando que fora muito importante, e elogiou o Presidente da Assembleia por ter marcado e por ter reunido tal naipe de convidados.

Reiterou que esse espírito de união era importante e que, com certeza, esse momento que o Governo não foi alheio ao momento que se viveu na Assembleia.



Handwritten signature in blue ink.

Afirmou que tinha pena que nem toda a gente tivesse percebido o alcance da reunião, já que há necessidade de ultrapassar algumas richas políticas, e que, da parte do grupo do Partido Socialista, sempre que os interesses do território estiverem em causa, estarão sempre do lado da defesa desses direitos e dos interesses das populações.

Acrescentou que seria importante começar já pensar num plano para aplicação das verbas porque quando a lei passar a ser aplicada terá efeitos retroativos. Parece-lhe que será importante começar a pensar de facto em medidas que contribuam para o desenvolvimento da Terra de Miranda e acrescentou que o Partido Socialista pode, com certeza colaborar, mas que o plano do Movimento Cultural da Terra de Miranda também é rico em ideias.

Lembrou que, já o Partido Socialista concorda com as ideias do plano do Movimento Cultural Terra de Miranda e que até poderia acrescentar outras de igual valor, mas que o documento possui um leque de ideias que podem servir perfeitamente para esse plano de atividades com a verbas extraordinárias que vão chegar, felizmente e finalmente ao território.

Referiu, também, a questão da entrega dos documentos para esta Assembleia, acrescentando que acha que podiam ter sido enviados mais cedo, porque já tinham sido aprovados na reunião de Câmara realizada na semana anterior. Acha que não deviam estar à espera de os juntar todos e que, normalmente, há sempre alguma coisa de última hora. Disse que compreendia que pudesse acontecer ocasionalmente, mas que há documentos que já estão prontos e disponíveis há muito tempo e que podiam ser enviados antes. Propôs que enviem os documentos parceladamente, e que não estejam à espera de um bloco todo de documentos e que vão mandando para terem tempo de ler, porque só pode haver uma discussão séria na Assembleia se, de facto, os membros que a constituem lerem os documentos atempadamente e os discutirem entre eles, que haja tempo para fazer reuniões.

A Deputada Bárbara Fráguas apresentou os seus cumprimentos a todos e prosseguiu enunciando que gostaria de começar por congratular realmente o Movimento Cultural de Terras de Miranda pela vitória que conseguiu.

Mencionou que é também o papel preponderante desta Assembleia e do próprio Executivo, que também esteve sempre ao lado da defesa do pagamento do IMI, dos impostos ligados à venda das barragens.

Aproveitou para falar de algumas situações que a têm preocupado e que são relacionadas, principalmente, com os mais jovens deste Concelho, nomeadamente, a situação da Escola de



Handwritten signature and initials in blue ink.

Sendim, como edifício sem condições necessárias para manter os alunos, docentes e funcionários minimamente confortáveis, principalmente durante as semanas mais frias de inverno. Saliu que os alunos têm de passar todo o período de aulas sentados sem se movimentarem, e que o frio não facilita em nada a sua concentração, sendo que, muitos deles, e encarregados de educação também, têm como termo de comparação as Escolas de Miranda do Douro, onde as condições de isolamento e aquecimento são completamente diferentes.

Está ciente de que a resolução destes problemas passará pela realização de obras de grande envergadura, quer logística, quer financeira, a nível de isolamento da cobertura, paredes e caixilharia do sistema de aquecimento central. Obras que, claramente, não poderão ser executadas para já, mas que lhe parece que deverão ser pensadas e aprovadas para um período próximo, e que a questão da autossuficiência energética deverá ser fortemente tida em conta.

Questionou se faz algum sentido investir no aquecimento de um edifício onde a maior parte dos radiadores não funcionam e as perdas energéticas são brutais.

Perguntou se faz algum sentido continuar a aquecer grandes edifícios unicamente a gásóleo, como a maior parte do gasto é feito durante o dia e onde existem coberturas onde podem ser colocados painéis fotovoltaicos.

Ainda a respeito da Escola de Sendim, mencionou que os equipamentos desta escola, concretamente, computadores completamente ultrapassados, que não funcionam, ou que o fazem muito lentamente e com vírus, e que não suportam os softwares mais atuais nem pesquisas na Internet. Projetores e quadros multimédia que não podem ser utilizados porque os computadores não suportam os softwares necessários para isso.

Estores que não impedem a entrada de luminosidade, dificultando a aprendizagem e a concentração dos alunos, entre outros.

Expôs que, enquanto que as obras a nível estrutural requerem um maior compromisso por parte do município, a substituição de equipamentos poderá ser mais rapidamente realizada, melhorando desde já uma parte substancial das condições letivas destes alunos e minimizando as discrepâncias com as outras escolas deste Concelho.

Propôs a reconversão dos antigos balneários do campo de jogos exterior numa sala de convívio com condições para os jovens que as frequentam esta escola. Referiu que, em tempos de chuva e frio, os jovens que frequentam a referida escola não têm um local adequado para se sentarem, conversarem, ouvirem música, jogar e brincarem, nem nos intervalos, nem em períodos de falhas letivas, durante as semanas mais chuvosas e frias de Inverno. Mencionou que os alunos do



Handwritten signature and initials in blue ink.

primeiro ciclo ficam limitados aos dois corredores da ala do primeiro ciclo e os alunos do segundo e terceiro ciclos limitados ao polivalente, que é um local frio e nada convidativo, onde eles não podem estar quando decorrem as aulas, porque nas salas que rodeiam aquele espaço decorrem aulas e eles não podem fazer barulho. Comentou que o único local que lhes resta é a biblioteca, onde não podem conversar e conviver.

Anotou que é essencial reavivar esta escola, torná-la uma escola onde os jovens gostem de estar, torná-la também um pouco deles, melhorar e alegrar o espaço exterior e convidá-los a eles a participar nesta renovação.

Deixou nota de que quando vai àquela escola, principalmente o espaço exterior, parece-lhe uma prisão, aquelas paredes altas à volta, brancas, velhas, portanto é um espaço que não mostra a alegria, que não mostra que é uma escola realmente.

Comentou também que, quando os mais novos forem transferidos para este edifício, deixarão de ter espaço e equipamentos que estimulem para brincar, havendo necessidade de criar esses espaços, não implicando isso, necessariamente, equipamentos. Existem outras formas de o fazer, disponibilizando-se para ajudar com ideias e propostas a este nível.

Outra questão abordada pela deputada prende-se com as atividades que as diversas associações e clubes desportivos do Concelho disponibilizam para os jovens.

Referiu que existem atividades, nomeadamente desportivas, que são apoiadas pelo município, tal como o futsal, o futebol, a natação, que os mais novos, gratuitamente ou por um valor mínimo, podem frequentar e usufruir. O mesmo não se passa com outras atividades, principalmente culturais, como sejam as aulas de música e de danças, quando organizadas de forma regular e profissional, através de associações que têm professores para prestar estes serviços.

Expôs que as mensalidades que estas associações aplicam, completamente legítimas, pelo trabalho que estão a prestar em prol dos jovens, adultos e pela cultura, se tornam financeiramente incomportáveis para a maioria dos agregados familiares.

Explicou que, devido a essa questão financeira, o número de alunos e o número de turmas destas atividades têm vindo a diminuir substancialmente de ano para ano e que daqui a uns anos isso se vai notar, quando não houver gaiteiros, caixeiros, bailadores, etc. Acrescentou dizendo que estes são representantes da cultura mirandesa.

Considera que investir na cultura do Concelho também passa por apoiar estas atividades, estas associações, dando como exemplo a Associação Lérias, acerca do que pensa ser uma sorte para o Concelho de Miranda ter cá esta associação, tal como outras, e que tem feito um trabalho



Handwritten initials and a signature in blue ink.

extraordinário em prol da cultura e da região e que deve ser realmente apoiada, principalmente a nível das atividades que realiza para os mais jovens.

Mencionou que o número de alunos que frequentam as aulas desta associação tem vindo a diminuir, questionando se não poderá ter a ver com a incapacidade de suportarem os valores das mensalidades, argumentando se não deverá o município ter um papel essencial através do apoio a estas atividades. Citou que o apoio às associações pode ser dado mesmo para essas atividades específicas, obrigando a que seja uma comparticipação das mensalidades que os alunos pagam para frequentá-las.

Aludiu que o maior apoio e esforço a este nível, à semelhança de concelhos vizinhos, poderia levar a um futuro cultural mais promissor e a uma significativa melhoria da qualidade de vida das populações, que também precisam de momentos e atividades de lazer.

O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Lísis Fernandes, cumprimentou o Presidente da Mesa, o Executivo, a Secretária, os Deputados, e os colegas Presidentes de Junta. Alertou para o facto de ter recebido uma carta no dia vinte e dois de dezembro do ano anterior, respeitante à perda de produção da azeitona e da amêndoa, dizendo que, efetivamente, são dois produtos muito importantes para a zona sul do Concelho. No entanto, disse que, na zona norte do concelho, é produzida a castanha, produção essa que teve em dois mil e vinte e dois uma perda de produção na ordem dos setenta por cento no Município de Miranda do Douro.

Comentou que ficou triste de saber que no repto que foi lançado ao Ministro da Agricultura e às Secretarias não constava a produção da castanha.

Relativamente às obras de melhoramento das vias de comunicação em São Martinho, referiu que o Executivo tem dito que estão a trabalhar neste tema, e que, a respeito deste assunto, solicitou sempre ao executivo que o convocasse para participar na análise, e quando fossem fazer medições e tomar decisões, não tendo sido, até agora, nem tido nem achado no melhoramento, nem na escolha de possíveis materiais, se vai ser alcatrão, se vai ser paralelo, se vai ter guias de passeio, se não vai ter guias de passeio, se vão incluir obras de escoamento de águas pluviais, ou não.

Afirmou não ter conhecimento de nada a esse respeito e que, sendo uma obra da sua freguesia, os seus fregueses o questionam acerca do que está a ser feito e ele não lhes sabe responder, manifestando a sua vontade de estar por dentro desse processo.



A

Relativamente ao Parlamento, no que respeita ao assunto dos caminhos rurais, lembrou que o Executivo se propôs a disponibilizar o Exército para melhorar os caminhos rurais, o que até agora não foi possível, afirmando que é um processo que vai demorar muito tempo.

Ainda a este respeito disse que o Vereador Nuno Rodrigues já lhe explicou isso muitas vezes, só que os caminhos precisam de manutenção e as Juntas de Freguesia não vão poder esperar dezoito ou vinte meses até que venha o Exército, que será o culminar do processo burocrático até que se inicie a obra.

Portanto, vinte meses, a contar da data de hoje, estamos em vésperas de eleições, e deixar os caminhos arranjados em vésperas de eleições parece uma campanha meio arriscada, e, portanto, para que isso não aconteça, sugeriu que se arranjasse uma solução para todas as juntas de freguesia ou que fosse feita uma contratação do Executivo disponibilizando uma motoniveladora que dê a volta a todas as freguesias, por exemplo, em seis ou sete dias para resolver parcialmente os problemas, ou mais um protocolo.

Relativamente ao edifício da Escola de São Martinho, referiu que se trata de um edifício do erário público, pertencente à Câmara, informando que a Junta de Freguesia tem feito a fazer manutenção na parte exterior, da parte vegetação e jardim, mas tem-se verificado algum vandalismo no edifício e que solicita que sejam recolocadas tábuas ou qualquer coisa para melhorar e refazer as fechaduras, porque se está a correr o risco de que aquele património se destrua completamente.

O Presidente da Junta de Freguesia de Genísio, José Marcelino Antão, cumprimentou todos os que se encontravam presentes e continuou a sua intervenção abordando o tema dos caminhos rurais, dizendo que foi falado anteriormente que o Exército faria esse trabalho, mas que não sabe se irão por aí.

Perguntou ao Executivo o que pensam fazer a esse respeito porque choveu e as pessoas todos os dias questionam o que é que se vai fazer e não sabe o que responder.

Referiu que, eventualmente, como disse o Lísis, se não há outra solução, fazer um acordo com as Juntas de Freguesia para poderem eles próprios avançar e mandar efetuar o trabalho.

Perguntou acerca do problema da ETAR de Genísio e da Especiosa, que quando não chove e o ribeiro está seco deita um cheiro nauseabundo, e que gostaria que o Executivo o esclarecesse a respeito destas duas questões para poder responder às pessoas, não apenas para a sua União de Freguesias, mas para todas as freguesias.



Handwritten signature in blue ink.

O **Deputado Emanuel Bernardo** cumprimentou todos os que se encontravam na reunião e prosseguiu dirigindo-se ao Executivo Municipal perguntando se já tinham feito o balanço final acerca da Feira dos Sabores que decorreu há umas semanas.

A **Deputada Bárbara Fráguas**, em relação ao que disse, acrescentou uma coisa que soube esta manhã, que se prende com o Jardim de Infância de Sendim, observando que se encontra neste momento praticamente sem parque infantil. Acrescentou que equipamento estava podree encostado, pelo que a crianças não tinham equipamento para brincar.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Executivo Municipal, na pessoa da Sr.^a Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta às questões colocadas.

A **Presidente da Câmara Municipal**, cumprimentou a todos os que se encontravam presentes e respondeu às perguntas apresentadas pelos membros desta assembleia conforme se segue:

"Claro que nos congratulamos todos com esta conquista, relativamente à inscrição das barragens no IMI e a receita que essa inscrição nos vai gerar.

Quando se inscreve um prédio omisso a matriz gera receitas de quatro anos para trás, portanto, vai ser uma receita significativa, mas, e respondo ao Professor António e a todos. As expectativas estão criadas relativamente à receita do IMI e temos legitimidade para ter essas expectativas e quando tivermos essa receita, quero-vos dizer, e se calhar não tinha que o fazer, mas, quero-vos dizer que, esse dinheiro vai ser gasto tendo em conta sempre os interesses do Conselho.

O facto de termos esta receita disponível, vai-nos acrescentar mais responsabilidade no gasto público e essa responsabilidade já a temos tido, portanto, não há preocupações relativamente ao gasto da mesma. Vamos esperar que chegue e quando chegar, naturalmente, temos assembleias municipais, nós estamos totalmente abertos a ideias e projetos que se possam concretizar, a candidaturas que possamos formalizar e fazê-las andar, e claro que é muito importante uma pessoa poder vir a ter mais conforto financeiro.

Naturalmente, nós vemos isso quando é connosco pessoalmente, e nós agora que estamos à frente da Câmara Municipal, estamos a gerir esta expectativa da receita.

Não quero falar porque ainda não é, neste momento ainda não é, mas vai sê-lo com toda a certeza, e o despacho do Secretário de Estado é perentório, portanto, não vamos ter dúvidas que os edifícios vão ser inscritos na matriz e, ao serem inscritos na matriz, vão gerar receita.

Quero-vos dizer que esta questão da vinda do exército para ser aquele braço armado, se posso utilizar esta expressão, para nos ajudar a limpar os caminhos. O convite foi feito e a proposta do



Handwritten signature or mark in blue ink.

Handwritten mark in black ink.

exército chegou até nós, e se formos analisar entre o custo e o benefício do trabalho que o exército viria a fazer aqui no nosso território, não nos parece que seja essa a melhor opção.

Se vos disser que a vinda do exército nos traria um custo de cem mil euros e o trabalho deles seria fazer três quilómetros por aldeia, tentem avaliar, como é que vocês estariam se estivessem no nosso lugar. E por isso é que eu vos digo o custo benefício, e não me parece que seja, se tivermos em conta isto, não me parece que seja a melhor opção.

Relativamente ao balanço da Feira de Sabores, tem despertado muita curiosidade. Assim, num grosso modo, a feira importou um custo para o município, cerca de cento e cinquenta mil euros.

Já falámos no Executivo, temos falado com o Vereador Carlos Ferreira, e com o Vereador Júlio Meirinhos, já reunimos com a Associação Industrial e Comercial de Miranda, reunimos com a Associação dos Sabores, e o balanço não é negativo. Quanto à escolha da data, o ideal para nós, como tinha sido durante muitos anos o ideal e já se tinha criado a imagem da Feira associada ao fim de semana do Carnaval, houve um momento em que anteriores executivos abdicaram dessa data e, portanto, agora andamos ali a tentar-nos acertar com datas.

O que nos foi transmitido pela Associação Industrial e Comercial é que nós devíamos promover um evento no mês de janeiro, porque o mês de janeiro é sempre um mês mais parado, e devíamos conseguir realizar um evento. Pensámos antecipar a Feira, na realidade nós pensámos na altura que era a melhor data, até porque tínhamos da parte da Associação de Monteiros do Norte, a vinda deles, tínhamos essa situação em cima da mesa e a melhor altura proporcionou-se e foi essa.

Como já transmitimos ao Vereador Carlos Ferreira e ao Vereador Júlio Meirinhos, a nossa grande aposta vai ser também agora a Feira da Bola Doce, e no fim da Feira da Bola Doce, vamos todos reunir e vamos definitivamente calendarizar as feiras, mas de uma forma consensual, ouvir as pessoas e se o mês de janeiro, for a decisão, pois o mês de janeiro vai ser o mês da Feira dos Sabores.

Relativamente ao apoio das associações culturais, se há mote que tem mostrado este executivo é esse apoio às associações culturais, e o apoio às juntas de freguesia, e o apoio a quem nos tem solicitado apoio, e que nós avaliamos, que esse apoio tem retorno para o Concelho.

Se o apoio é suficiente, e nunca será, pois quem está à espera de apoio precisa sempre de mais apoio e esta situação do apoio às associações culturais, e é pena que não estejam aqui, não sei se estão elementos de alguma associação cultural, eles sabem, eles respondem por si que têm sido apoiadas.



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

Relativamente a questões de aulas que estão a ser dadas aqui no Concelho, nas instalações da Câmara com mais ou menos qualidade, porque há a falta de qualidade que este Executivo encontrou no património municipal, tem sido uma constante.

Já fizemos uma intervenção, que de alguma maneira, não digo que revolucionou, mas que criou boas condições, muito melhores condições, que foi na Casa da Cultura.

Estes procedimentos de obras, mesmo nos edifícios municipais, são procedimentos que demoram mais do que nós gostamos, mas, as coisas estão a ser feitas, a preocupação pelo nosso património é uma constante, estão sempre a ser tidas em conta.

E vós já sabeis, que eu já vos transmiti aqui, decidi fechar a biblioteca porque o facto desse equipamento estar aberto estava a pôr em causa muitas questões, inclusive a vida das pessoas que trabalhavam lá e que frequentavam esta biblioteca.

Portanto, há muitas preocupações que nós temos, e muitas das vezes este procedimento, mesmo as intervenções que queremos ter na Rua da Costanilha, é uma preocupação constante e eu às vezes digo que eu só vou sair da Câmara quando a Rua da Costanilha estiver como eu quero.

Claro que não é isso que vai acontecer, ao ritmo que estes procedimentos concursais decorrem é difícil, mas estamos focados nisto porque efetivamente há uma preocupação que é comum a todos e quando digo a todos, inclui-vos a vós também, que queremos o melhor para o nosso Concelho, isso é uma premissa, queremos o melhor para o nosso Concelho.

Ninguém está aqui para se promover profissionalmente, eu não precisava disto, nenhum de nós precisava, graças a Deus, nós estamos aqui focados única e exclusivamente no melhor para o nosso Concelho.

Se as coisas não surgem naquele momento, porque não é o tempo de uma semana, não é o tempo de um mês, é um tempo mais lato, e nós, infelizmente temos que nos ir ajustando a isto, sempre a chamar a atenção para as coisas, sempre a querer as coisas, mas temos que nos ir ajustando.

Porque como vocês todos sabem, os municípios também hoje em dia estão totalmente reféns de candidaturas, mas todos estamos preocupados nisto e focados no melhor para o Concelho.

Se o conseguirmos, há coisas que vamos conseguindo fazer com mais facilidade do que outras, não vamos conseguir fazer no imediato, mas as obras vão aparecer, e essa não é a tranquilidade que vos quero transmitir, que tudo está a correr às mil maravilhas, não corre tudo às mil maravilhas, porque nem na nossa vida pessoal corre tudo às minhas às mil maravilhas, mas nós estamos focados no que é o melhor para o Concelho."



10/8
A

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, Nuno Rodrigues, apresentou os seus cumprimentos e continuou a sua intervenção, dando resposta às questões respeitantes às áreas integradas nos pelouros que lhe foram atribuídos, da seguinte forma:

"Bom dia, Senhor Presidente da Assembleia, bom dia, Senhora Presidente, colegas Vereadores, Senhores Secretários da Assembleia, Senhora Secretária Anabela, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta. Muito bom dia a todos.

Eu vou responder àquilo que toca as áreas que são da minha competência.

Relativamente aos impostos, agradecer, e sim agradecer ao Movimento Cultural da Terra de Miranda, porque se o Movimento não aparece, nós não estávamos aqui a discutir isto, com toda a certeza. Este Executivo fez muito trabalho, também é verdade. Mas se o Movimento não aparece naquela hora certa, hoje nós não estávamos aqui a discutir os impostos das barragens, e isto já tinha passado para a história.

Também, dizer ao Senhor Secretário de Estado que é um homem com coragem. E nós mirandeses temos mesmo que agradecer, porque é a nós que nos mexe mais, mas é um senhor com coragem e ainda é novo que se mantenha lá por muito tempo.

Dizer ao Sr. Professor António, a entrega dos documentos, eu também acho que devem ir chegando e vão chegando, não temos que os mandar todos juntos, vamos mandando e as pessoas vão recebendo, já sabem que é assim e depois quando vão, assim é muito mais fácil para todos.

À Deputada Bárbara Fráguas, eu acho que a deputada foi muito injusta com o Senhor Diretor da Escola, o Senhor Diretor da Escola, sabe, como eu sei. Ainda não estávamos aqui na Câmara e eu e o Sr. Diretor da Escola fomos uma reunião ao Porto, receberam-nos lá, e a nossa preocupação foi a Escola de Sendim.

Dissemos que era uma escola que estava fora, porque tinha sido intervencionada Miranda e a Escola de Sendim estava fora. Fizemos com que ele entrasse dentro das trinta ou trinta e três, conseguimos fazer isso, temos tentado melhorar a escola, nenhuma porta partida, e vamos colocar uma porta nova com o dinheiro da escola. A escola foi-nos entregue pelo Governo há cerca de um ano, mais ou menos nas condições que está, não fizeram uma obra, não fizeram nada.

E preocupamo-nos todos os dias com o gasto de gás ou de gasóleo, que ali se gasta por causa do aquecimento, o seu diretor ou representante faz questão de segundas feiras de manhã, para não ficar o fim de semana a estragar aquecimento, porque estraga, é verdade que há ali muitas ruturas, e perde-se muito aquecimento, às segundas-feiras, às sete horas e trinta minutos vai ligar



[Handwritten signature]

o aquecimento faz sempre o esforço, e eu sei, porque também nos preocupamos e estamos sempre em permanente diálogo.

Eu gostava também de ver aquela escola remodelada e para mais neste mandato ainda era excelente. As caixilharias de há cinquenta anos, quando foi feita a escola, mas não podemos resolver isso tudo da noite para o dia.

Eu não concordo com que a escola seja feia, eu acho que a escola é muito bonita. A escola de Sendim, é mesmo muito bonita. Quem me dera a mim, que aquela escola de Sendim se mantenha lá, por mais de cinquenta anos. O campo de futebol lá fora também já tem alguns anos, mas têm o polivalente que está bom, ao contrário do da EB daqui que está a destruído.

O ginnodesportivo lá está bom, e aqui está mau, tem o polivalente, é a verdade que o ambiente não é agradável porque é um espaço amplo, gasta-se muito, mas é isto que temos.

Relativamente às atividades desportivas, respondemos por nós, quanto às atividades culturais, também tínhamos algumas atividades culturais planeadas, nós município, mas nunca nos quisemos sobrepor às associações.

Quando aparecem associações que querem fazer atividades culturais, estamos cá para dar apoio e damos muito apoio. Um problema que nós temos na Câmara, e que não sei como é que nós conseguimos resolver, é quando damos um apoio acima de cinco mil euros, tem que haver protocolo e os protocolos levam sempre algum tempo a fazer, e às vezes atrasa a atribuição. Porque para nós, é muito mais fácil dar um apoio até cinco mil euros diretamente às associações. Há uma associação que até nem foi beneficiada com apoio porque o protocolo ainda está lá para fazer, foi passando o tempo e pensávamos que estava resolvido, afinal não estava, mas estamos sempre atentos a isto.

Tínhamos atividades para oferecer aos munícipes, mas as associações querem fazê-las, e nós achamos que por bem que devam ser as associações a fazê-las.

Compreendo que as associações cobram dinheiro porque têm que pagar os professores. Os professores não estão lá voluntários, como a direção, que é voluntária, mas os professores que eles têm são profissionais e têm que receber. E as associações não têm dinheiro ou não tem assim tanto dinheiro para estar a pagar os professores sem as pessoas pagarem.

Agora, temos uma opção, acabamos com as associações e tomamos conta de tudo, ou deixamos as associações trabalhar? É isso que nós temos que ver.



A

Relativamente ao parque infantil da pré-escola, em Sendim, foi concessionado, depois houve reclamações, caiu o concurso, voltou a ser concessionado e estamos desde novembro à espera de fazer o contrato para irem lá montar o parque.

Ontem íamos desmontar o parque estava partido, mas vamos começar já para a semana começar a fazer as fundações, e o parque estará pronto logo a seguir às férias da Páscoa, com toda a certeza estará a funcionar, e vamos ter outro parque em Sendim à beira da Casa da Cultura.

Senhor Presidente da Junta de São Martinho, e o Senhor Presidente de Malhadas, são duas das testemunhas de que fui eu mesmo, com os senhores do exército aos dois locais, e perceberam o que é que eles queriam fazer, três quilómetros, para deixar como uma estrada, mas não era isso que nós queríamos. Fomos adiando, eles mandaram um orçamento que ronda os cem mil euros para fazer isso, eu acho que nós temos que ajudar, os caminhos é uma das competências das juntas, mas, eu sei que nós município temos que ajudar e vamos fazer tudo para ajudar.

Temos a niveladora, não é uma perfeição, mas já roda falta-nos o maquinista, com a alteração do regulamento hoje se calhar já temos aqui uma porta aberta para termos um maquinista mais facilmente, e do regulamento das máquinas, e ver se conseguimos arranjar pelo menos uma pessoa que queira andar com ela.

Tenho que deixar aqui uma achega, eu falei com o Senhor Presidente da Junta de São Martinho e disse assim, veja-me a quantidade de buracos que têm os arruamentos, quanto gasta e nós pagamos essas obras, era só para tapar os buracos, não era para fazer obras de fundo, foi isso que eu combinei consigo. Disse que não valia a pena, que não conseguíamos arranjar, como não conseguimos e está-se a fazer um levantamento agora já, mas tenho a certeza quando for para fazer o levantamento que vai ser chamado para saber o que é que faz falta e o que não.

A Escola de São Martinho, não é apenas a Escola de São Martinho, são as escolas de quase todas as aldeias que estão nesse estado.

Ainda são nossas, não passaram para as juntas de freguesia, mas também não queremos passá-las para as juntas, como fizeram connosco, passaram as escolas para nós todas destruídas.

Estamos à espera, agora ainda não houve candidaturas e esperamos por uma candidatura para conseguirmos recuperar todas as escolas e depois sim passamo-las para as juntas de freguesia, para decidirem o que querem fazer com elas. Venda de produtos regionais, atividades, o que vocês acharem, mas convinha entregá-las, pelo menos arranjadas.

Senhor Marcelino, vamos ver se conseguimos ajuda-los com a motoniveladora, também temos a possibilidade naquele outro protocolo que nós fizemos, da transferência de competências por mais



Handwritten signature and initials in blue ink.

uma verbazinha para vocês arranjam os caminhos, mas nunca vai ser uma verba destes valores que nós temos dado, mas alguma coisa se poderá arranjar na ordem dos dois ou três por cento daquele protocolo, para vocês poderem também fazer esse trabalho.

As ETAR's continuamos na mesma, Senhor Marcelino, o camião não chega, para alugarmos um camião para fazer esta limpeza custa-nos cinquenta mil euros e limpa duas fossas, estamos a tentar que elas funcionem. Temos a situação de Atenor que ainda não tem ETAR, é uma fossa séptica. Estamos a ver que surjam candidaturas para candidatarmos e para resolver isso.

É promessa, assim que chegue o camião vamos começar a limpar essas fossas, vamos pôr em todas ETAR's e pô-las todas a funcionar, isto é garantido.

Eu acho que também não faz sentido andarmos a limpar e não ficarem a funcionar, gastamos dinheiro e continuamos igual. Temos que ter paciência e ver se em junho o camião dele tem que estar aqui antes de junho, a ver se conseguimos isso."

O Vereador Vítor Bernardo também quis pronunciar-se a respeito de algumas das questões abordadas conforme se segue:

"Na senda do IMI, dos impostos, vamos falar do IMI só, o IMI é ponto assente.

O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais deu aquele despacho a pedido da Câmara, a Câmara pediu. Miranda, dia vinte e quatro de janeiro de manhã e Mogadouro dia vinte e quatro de janeiro à tarde. Mas foram as câmaras que pediram.

Antecipadamente houve reuniões, como é evidente, ninguém manda um requerimento jurídico, a um Secretário de Estado, seja ele qual for, seja dos assuntos fiscais ou da agricultura, sem antes falar com ele, porque há a forte possibilidade de ser indeferido e naquele caso nós sabíamos que não ia ser indeferido.

Hoje, há votação na Assembleia da República. Projetos de resolução, projetos de lei do Bloco de Esquerda, o projeto de resolução do Partido Socialista, que não visa só IMI, visa o imposto de selo, também visa o IMT, visa o montante que o Doutor António Preto e depois eu pedia ao Presidente da Mesa, se me autorizava que distribuisse por todos os deputados municipais uma notícia de hoje, do Expresso, do jornalista Miguel Prado, que é, quanto a mim, o melhor jornalista que fala de energia no país e faz a cronologia direitinho. Como é que isto se passou desde 2019 até ao despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, passando pela Assembleia, como é evidente.



A

Eu posso-vos dizer que hoje vai ser votado um projeto de lei, para alterar o artigo 11.º do Código do IMI, do Bloco de Esquerda no sentido de a barragem de Picote também pagar IMI. Ou seja, o que o artigo 11.º diz, é uma coisa parecida com isto:

Estão isentos de IMI os equipamentos e sítios de interesse público, que é o caso de Picote. Picote foi declarado de interesse público desde dois mil e onze.

E o que é que o Bloco de Esquerda vai propor? E eu acho que o Partido Socialista se vai abster e vai deixar passar o projeto de lei, ou a alteração ao artigo, vai propor isentos de IMI os monumentos e equipamentos, construções e monumentos de interesse público, à exceção dos que estão alocados à atividade comercial industrial. É só isto! E fica o moderno escondido isento de IMI e a produção paga o imposto municipal.

E o Doutor António preto, que é o advogado da Câmara, neste caso concreto, pro bono, porque não cobra nada à Câmara, por isso é que não pode ser contratado pela Câmara nunca, enquanto cá estivermos nós não podemos contratar esse advogado para qualquer coisa que seja a pagar, porque a lei não permite. Assim como, pro bono para a Câmara de Mogadouro, também não lhes cobrou nada.

O Dr. António Preto diz aqui na entrevista, que vocês vão ter oportunidade de ler, que entre as correções ao IRC, os seis e meio por cento do IMT, referente ao valor que os edificados foram transacionados e o IMI, andaremos na ordem dos quatrocentos milhões de euros.

Nesse sentido, é de quatrocentos milhões de euros que estamos a falar de todos juntos, como viram, somos muito mais fortes.

Já estou como Presidente da Câmara de Santa Cruz, quando intentou aquela ação para inscrever o aeroporto, Cristiano Ronaldo lhe deu razão. Agora o TAF do Funchal, no início diziam que ele era um lírico, era um infantil, todos se riram dele, mas agora também todos se riem porque vão escrever efetivamente o aeroporto, se não tentarmos pelos direitos que temos, os grandes grupos nunca pagam, era só isso que eu queria dizer.”

O Presidente da Assembleia Municipal fez uso da palavra para dizer, a propósito dos documentos, que solicitara que esta Assembleia decorresse antes do dia vinte, por razões pessoais, e que isso atrasou as atas e os documentos, portanto, é um problema estrutural que acha que faz sentido ser alterado.

Também acha que, se todos concordaram, que gostava que existisse consenso relativamente àquilo que o Deputado António Santos comentou acerca da alteração de procedimentos relativamente ao envio de documentação.



Handwritten signature and initials in blue ink.

A propósito dos montantes, sendo quatrocentos milhões, acha que vale a pena ser discutido mais do que no núcleo restrito e ser alargado a uma comunidade mais alargada, em devido tempo, e que ainda se tem algum tempo para pensar sobre isso.

A Deputada Bárbara Fráguas disse que sabe que o município tem apoiado e que continua a apoiar as associações, mas que queria realçar aqui a questão das aulas de música, das aulas de gaita e das aulas de caixa. Afirmou que é demasiado pesado para um agregado familiar pagar vinte cinco, ou trinta euros por mês para ter um filho, para ter um jovem a frequentar uma destas aulas. Se o agregado tiver dois filhos, ou se além de aprender gaita quiser ir ao ballet, ou quiser ir a outra aula qualquer, imagine-se o custo. Acha que isso deveria ser avaliado, e deveria ser ponderada uma forma de apoiar estas atividades, porque é difícil, e acha que se estão a perder bons gaiteiros, bons caixeiros, que não podem frequentar estas aulas.

Em relação à escola, continuou a dizer que a Escola de Sendim não é bonita, que tem muitos problemas, e que pode ser bem mais bonita. Sabe que está a cargo do município há relativamente pouco tempo, mas também acha que devem começar a pensar em obras e alterações para todo aquele espaço.

O Deputado António Santos acredita que a decisão do Secretário de Estado tenha por base também o pedido do município, sem dúvida, garantindo também que a Assembleia extraordinária que forafeita, o ambiente gerado e a posição dos deputados do PS no Parlamento tenha tido o seu peso também.

Relativamente à escola, crê que o que a Deputada Bárbara Fráguas estava a querer dizer é que o investimento na escola se perfila como um dos prioritários para esses milhões, sendo uma boa sugestão.

Referiu em relação a esta questão das escolas que nas construções escolares sempre foi assim, que os projetos nunca foram completos e que os exteriores nunca são abrangidos, nunca fazem um ajardinamento, nunca contratam um arquiteto paisagista que trate dos espaços para o lazer. Acrescentou que em Sendim não foi considerado e que em Miranda também não.

Comentou que o que vale é que as pessoas são muito dedicadas e vão ajudando, vão limpando, vão fazendo alguma jardinagem, acrescentando que na Escola de Sendim nem há grandes espaços para isso. Também concordou que a referida escola necessita de uma intervenção, mas que isso já é ponto assente, que a Escola de Sendim tem que ter uma intervenção de fundo igual à que a Escola de Miranda teve, porque só com essas intervenções de fundo é que se consegue mudar a imagem de uma escola. Enumerou que é necessário intervir ao nível das janelas, capoto,



A

telhado e interior, comentando que o polivalente é bom, mas que tem de ser isolado para não se ouvir o barulho nas salas. Completou dizendo que são problemas estruturais em que eles dificilmente podem intervir.

Quanto à questão do aquecimento, referiu que a escola foi acrescentada no pavilhão do primeiro ciclo, e que a caldeira é a mesma, não tendo capacidade para tanto espaço.

Referiu que, por exemplo, no orçamento da Escola de Miranda, desde que aconteceu a troika, não estão consideradas verbas de manutenção. Acrescentou que as verbas são quase exclusivamente para despesas de telefone, eletricidade, a água e muito pouco para qualquer tipo de manutenção. Disse que se o Ministério tivesse transferido para a escola as verbas que agora está a transferir para o município, no âmbito da delegação de competências, aí sim, teriam tido já oportunidade de ter feito muito mais coisas, porque não recebiam nada para manutenção.

Expôs que a escola tem que ter uma intervenção de fundo e que só assim é que se consegue fazer uma alteração da imagem e das condições, porque remendos não vão resultar.

Disse que há coisas que se podem fazer para melhorar, porque se tiverem que esperar muito tempo o parque informático é antigo, é igual ao da escola de Miranda do Douro, referindo que a aposta do Ministério não foi no equipamento para as escolas, foi no equipamento individual para cada um, tendo dado um computador a cada aluno, deu um computador a cada professor com ligação à Internet, e que é essa a aposta deles, nos equipamentos individuais e não nas escolas. Considera que devia ter sido fornecido equipamento individual e também equipamento para as escolas, mas que se está a fazer o que se pode no sentido de melhorar as coisas.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que o Deputado António Santos esclareceu o que são as verbas que vêm para o município e vão para a escola, e que não são essas verbas que vão melhorar a escola de Sendim, nem piorar, são apenas as verbas para manutenção, não é mais nada que isso. É para o dia-a-dia e ao fim do dia a dia não há dinheiro para mais nada.

Disse que estava de acordo que quando o Ministério entregou as escolas à Câmara através da transferência de competências, deviam estar perfeitas. Mencionou que têm aqui um problema grave, e que a Escola de Sendim é uma exceção e está aberta. Congratulou-se por ainda estar aberta e dizia que é da responsabilidade do Ggoverno, mas, que se o Governo não investir vai ter que ser a câmara a investir.

Disse que ficou a garantia do Sr. Secretário de Estado que a Escola de Sendim seria uma das escolas em que se investiria prioritariamente, e acreditou nas palavras do Sr. Secretário.



Handwritten initials and a signature in blue ink.

Espera que o Ministério ainda venha a fazer o investimento na Escola de Sendim, porque é uma escola que merece.

Referiu que quando dizia que a Escola de Sendim merece, que se devia olhar para o exterior, e que se verificaria que não está assim tão mau, que não é um jardim perfeito, mas está arranjadinho. Mencionou que as plantas aqui em Miranda estão bem piores e que vão ter que ser tratadas.

Lembrou que quando o atual executivo chegou à Câmara, a Escola de Sendim tinha erva quase do meio metro de altura e que agora estava cortada, e que o edifício da escola fora pintado havia pouco tempo.

A Deputada Bárbara Fráguas disse que devia ser pintado o edifício da escola de forma a torná-la numa escola viva para os miúdos aproveitarem e usufruírem daquele espaço.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal respondeu à Deputada Bárbara Fráguas dizendo que andam à procura de um pintor para pintar quatro pilares no Jardim de Infância há mais de um ano e que foram lá dois pintores ver o local e que ainda não foram pintados porque querem que se apresente um projeto, para depois dar orçamento, e um deles nem quis ir ver o que era para pintar.

A Deputada Bárbara Fráguas retaliou dizendo que convidem ou contratem um pintor que crie jogos, que crie coisas novas para os miúdos, disponibilizando-se para conseguir vários contactos. Referiu que as paredes podem ser pintadas por artistas de maneira a criar ali jogos para os mais novos.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal respondeu que tem tido bastante dificuldade em conseguir um pintor para efetuar determinados trabalhos, referindo que o Executivo está aberto à proposta da Deputada Bárbara Fráguas.

Relativamente às aulas de gaita, guitarra e ballet, disse que havia aulas de ballet neste concelho, mas, não querendo fazer concorrência às associações, se comprometiam a fazer algo em relação a essas atividades, esperando que posteriormente as associações não venham dizer que a Câmara Municipal lhes está a fazer concorrência. Disse que é impossível a Câmara pagar individualmente a cada pessoa, mas que pode ser dada participação à associação, além de que a Câmara Municipal já concedeu um apoio financeiro à associação em causa.

A Deputada Vera Ruano referiu que o que a Associação Lérias faz é participar, cobra trinta euros mensalmente, mas quem estiver inscrito na associação paga vinte cinco euros.



Handwritten signature or initials in blue ink.

Handwritten mark or signature in blue ink.

A título exemplificativo, referiu que a sua filha estive três anos em Mogadouro, nas aulas de ballet, que são totalmente gratuitas, e que pretende trazer a filha para Miranda do Douro, mas que aqui a mensalidade são trinta euros.

A Deputada Bárbara Fráguas disse que a abordagem não deveria ser dar um apoio geral para as associações trabalharem, mas apoiarem especificamente essas atividades de forma a baixar as mensalidades, ou seja, o protocolo que fizerem, o apoio que derem, a contrapartida tem que ser baixar as mensalidades.

Defendeu que se deve pagar, porque isso também obriga as pessoas a frequentar e depois a não faltarem sistematicamente, mas que os valores são insuportáveis para as famílias e que se deveria tirar partido da natureza, que as grandes cidades não têm.

Acrescentou que não defende que essas atividades deixem de ser feitas pelas associações, mas que ao dar o executivo apoio a essas associações a contrapartida seja baixar as mensalidades.

O Vereador Vítor Bernardo, dirigindo-se à Deputada Bárbara Fráguas, perguntou-lhe se lhe parecia justo que a filha dele não pagasse as aulas de ballet, ao que a deputada respondeu que não. Tendo o Vereador Vítor Bernardo dito que se constata que o modelo funciona assim, e seria transversal a todos os agregados familiares.

O Vereador Vítor Bernardo, dando resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho por causa do levantamento que estão a fazer nos arranjos urbanísticos, naquela aldeia que não tem obras, presume que há vinte e dois anos.

À pergunta, se vai ser feita a intervenção, respondeu que sim.

À pergunta, se vai ter infraestruturas, a resposta foi afirmativa. E à pergunta que não fez, quanto vai custar, respondeu que será três vezes mais que em qualquer aldeia do Concelho. Referindo que não lhe podia dizer ainda concretamente o valor, mas que, seguramente, será mais de meio milhão de euros.

O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho disse que só tem pedido que quando o executivo se senta para decidir o tipo de intervenção que vão fazer, se vão fazer arruamentos novos, se vão fazer caixas, se vão fazer águas pluviais, enterrar a eletricidade, escolher iluminação pública, se vamos fazer ou não, se vamos alterar ou não, é isso que lhes pede constantemente, para estar presente. Mas sabe que tem havido medições, sabe que têm andado lá, que já houve situações depois de terem tido esta conversa com o Vereador Vítor Bernardo, há um ano, e que, entretanto, já tomou decisões desde então.



Handwritten initials and a signature in blue ink.

O **Vereador Vítor Bernardo** respondeu que isso não invalida que não faça parte da tomada de decisão, no entanto, a decisão final é sempre da câmara.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho**, Lísis Gonçalves, afirmou que não tem que tomar parte de decisão nenhuma, quer apenas fazer parte da decisão final. Pretende participar nas escolhas e na possibilidade das escolhas.

O **Vereador Vítor Bernardo** disse a título exemplificativo, que imagine que é feito um levantamento que custa dois milhões de euros, terá que ser feito faseadamente porque a Câmara não tem possibilidade de fazer um arranjo urbanístico numa aldeia que custa dois milhões de euros, referindo que há essa possibilidade. Comentando que se fossem tudo direito, está Miranda, por exemplo, tem essa possibilidade de dois milhões de euros,

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho** respondeu que esses valores não o chocam, porque São Martinho é muito extenso, e só por isso, está abandonada há vinte e quatro anos. Mencionou que se pegarem em meio milhão de euros e os dividirem por vinte e quatro anos, não é assim tanto investimento, afirmando que a culpa disso ter acontecido não é do atual executivo, nem dele enquanto Presidente daquela Junta de Freguesia.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** informou que seis das aldeias deste Concelho ainda não foram abrangidas pelos arranjos urbanísticos e que as outras aldeias todas já foram. Afirmou que tem de ser dada prioridade a essas aldeias que ainda não foram intervencionadas, nomeadamente, Palaçoulo, Prado Gatão, Sendim, Picote, Barrocal e Atenor.

Transmitiu que foi mandado fazer um estudo pelo Executivo, mas que o estudo não é feito de um dia para o outro.

O **Deputado Tiago Sanches da Gama** solicitou o uso da palavra, tendo-lhe sido concedida. Iniciou a sua intervenção cumprimentando a todos em geral e continuou dizendo que hoje acordou em Miranda e pela primeira vez em vinte ou trinta anos e não viu um carro em frente à Sé.

Afirmou que nem tudo é mau, e que as coisas começam a melhorar,

Comentou que a Escola de Sendim, não é por ter sido construída no tempo do seu pai, mas que é bonita, dizendo que às vezes as coisas são bonitas, mas deu razão à Deputada Bárbara Fráguas, comentando que hoje em dia as mulheres trabalham de outra maneira.

Também deu razão às duas partes sobre isto, e só para não se alongar, como único presente aqui do Movimento das Terras de Miranda, além do Óscar Afonso e Nélio Seixas, pedindo-lhe desculpa por não se ter lembrado que também fazia parte do Movimento, dizendo que dos que estavam aqui sentados e que não intervieram, estão muito contentes que tenha sido tudo levado a bom



Handwritten initials and a signature in blue ink, including a large 'A' and a circled 'L'.

porto. Em relação ao dinheiro, o que ele disse da última vez que lhe perguntaram, porque houve pessoas na rua que lhe diziam, “*não, vocês não vão conseguir o dinheiro*”, ele respondeu que o problema já não é o dinheiro, é como vamos gastar o dinheiro. Afirmando que esse é que vai ser o problema, acerca do qual o Deputado António Santos também já falou, que é sempre um problema quando há muito dinheiro, há muita confusão e que vai haver muitos problemas.

Espera que desta vez, acredita que há capacidade de Miranda para fazer isso bem. Quando se abriu a fronteira, foram feitas as coisas de uma maneira, foi com o dinheiro de cada um e tudo, e acha que agora há capacidade intelectual para se sentarem com calma e não ir logo a correr com a sede ao pote, e fazer coisas concretas, para fazer uma coisa estruturada.

Disse que, se calhar, ia dizer uma barbaridade, mas que este concelho pode tornar-se, se formos inteligentes, quase uma Oeiras daqui da zona de Trás-os-Montes. Mencionou que tinha referido Oeiras porque se tornou no centro da evolução que teve do produto per capita e todos nos traduzimos nisso.

Para terminar, referiu um pormenor que toca às ovelhas, que tinha tido uma conversa com o Deputado António Santos e que tomaram a decisão de tentar meter na ementa cordeiro. Deu conhecimento de que já estão em negociações, porque o preço do cordeiro não é o preço de vaca, nem do porco, e que já tinham chegado a um entendimento.

Transmitiu que a Associação vai fazer uma medida de marketing também, e já tinham falado com o Vereador Nuno Rodrigues, que pode ser um acompanhamento, e que acham que é uma medida para começar e que devia ser mais regular porque é um dos produtos autóctones da Terra e acha que as próprias pessoas de cá devem começar a consumi-lo.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal referiu acerca da introdução do cordeiro na ementa da escola, afirmando que o Município está aberto a participar nessa diferença que há de preço. Concluídas as intervenções dos membros inscritos, assim como dos membros do órgão executivo que deram resposta às questões colocadas por aqueles, o Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte.

3. Aprovação da ata da sessão realizada a 29 de dezembro de 2022.

O **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que a ata da reunião supracitada não fora apresentada nesta sessão em virtude de se encontrar ainda em execução, assim como devido ao facto de se ter antecipado o agendamento desta sessão, por motivo que lhe é intrínseco.

4. Minuta de Protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a União de Freguesias de Ifanes e Paradela, no âmbito das atribuições e competências



Handwritten initials and a signature in blue ink.

conferidas aos respetivos órgãos executivos e deliberativos, previstas na lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** solicitou o uso da palavra para dar esclarecimento a respeito deste assunto, conforme se segue.

Referiu que este protocolo a celebrar com as Juntas de Freguesia de Ifanes e de Duas Igrejas é exatamente igual aos outros protocolos celebrados com todas as outras juntas.

Transmitiu que a União de Freguesias de Ifanes e Paradela assinou o protocolo na passada quarta-feira, mas que este protocolo não tinha nada a ver com estas competências e o protocolo que assinou a União de Freguesias de Ifanes e Paradela foi para a construção de um pontão e de um muro de suporte. Porque a Câmara devia ter feito esses trabalhos e, como não está programado, esta foi a forma mais fácil de fazer essa obra.

Afirmou que a referida União de Freguesias não recebeu mais nada que as demais Juntas de Freguesia e que espera que tenha ficado tudo bem claro.

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, e não se tendo verificado a inscrição de nenhum dos membros presentes, passou à votação deste assunto, sendo aprovada por unanimidade a minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a União de Freguesias de Ifanes e Paradela, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivos e deliberativos, previstas na lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

O **Presidente da União de Freguesias de Ifanes e Paradela** não se manifestou a respeito desta questão, nem votou este assunto por ser diretamente interessado, e o legal representante da referida união de freguesias.

5. Minuta de Protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesias de Duas Igrejas no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivos e deliberativos, previstas na lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, e não se tendo verificado a inscrição de nenhum dos membros presentes, passou à votação deste assunto, sendo aprovada por unanimidade a minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesias de Duas Igrejas, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivos e deliberativos, previstas na lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações.



Handwritten signature in blue ink.

O **Presidente da Junta de Freguesias de Duas Igrejas** não se manifestou a respeito desta questão, nem votou este assunto, por ser diretamente interessado, e o legal representante da referida junta de freguesia.

6. Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social – Decreto-Lei n.º 55/2020, 12 de agosto.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

O **Deputado António Santos** perguntou se era para adiar a aceitação desta competência.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** esclareceu a respeito desta matéria que estava previsto receber esta transferência de competência no dia um de janeiro, mas que, para os municípios que não quiseram aceitar, tinham de fazê-lo até ao dia três de abril.

Terminado o período de intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu continuidade aos trabalhos colocando a votação o assunto supramencionado, tendo obtido aprovação unânime a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 55/2020, 12 de agosto.

7. Delegação de competências atribuídas aos Municípios no domínio do estacionamento público na CIM-TTM, por aplicação do Decreto-Lei n.º 207/2008, de 29 de novembro.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** elucidou que a transferência desta competência não implica custo nenhum e que apenas é distribuída uma percentagem, entre cinco e dez por cento, do valor da receita acumulada pela cobrança das coimas aplicadas para a CIM-TTM pelo trabalho que fazem, e que esse trabalho será feito por uma técnica, que será paga pelas Câmaras, não havendo lugar a mais nenhum encargo.

O **Deputado António Santos** perguntou se quem continua a tratar desses processos é a GNR.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondeu que a GNR fazia a fiscalização, e os processos eram encaminhados para a Câmara, por sua vez a Câmara dava o veredito final, agora em vez de ser a Presidente da Câmara a dar o veredito final passa a ser a CIM-TTM.

Concluído o período de intervenções, prosseguiu para a votação do assunto mencionado em epígrafe, sendo aprovada, por unanimidade, a delegação de competências atribuídas aos Municípios no domínio do estacionamento público na Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, por aplicação do Decreto-Lei n.º 207/2008, de 29 de novembro.



Handwritten signature in blue ink.

8. Proposta de alteração ao regulamento n.º 87/2021, de 26 de janeiro, Regulamento de Utilização e Cedência de Viaturas do Município de Miranda do Douro.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito a Deputada Bárbara Fráguas e o Deputado António Santos.

O **Vereador Vítor Bernardo** disse que este regulamento que estava em vigor tinha dois handicaps. O primeiro handicap era para os membros que utilizavam carros de afetação pessoal, e o regulamento anterior nem fazia referência a casos de afetação pessoal.

Transmitiu que esta questão da utilização dos veículos do Estado está previsto no Estatuto dos Eleitos Locais.

Lembrou que a deslocação em serviço opera de casa para o serviço em deslocações de serviço. Explicou que quem utilizasse um veículo era obrigado, nos termos do anterior regulamento, a estacionar na Praça ou a deixá-lo nas oficinas da Câmara Municipal

Em sua opinião, isso não faz sentido, expondo que a maior parte das câmaras grandes dos ditos governos grandes, Porto, Lisboa, não quer dizer que isso devia ser feito aqui, a maior parte tem motoristas, vão buscá-los a casa e levá-los.

O segundo ponto que focou prende-se com a alteração do presente regulamento, referindo que o seu artigo nono, que diz respeito à capacidade de condução tinha um problema.

Explicou que o Executivo contratava um motorista e que o motorista não podia conduzir veículos da Câmara, tinha que andar um motorista, um contratado, e o motorista não podia conduzir, tinha que ser assistente operacional, mas não podia conduzir, e com esta alteração ele passa a poder conduzir.

Deu conhecimento de que a Câmara tem um seguro de acidentes pessoais que é facultativo, não é obrigatório, há câmaras que não têm, mas que o nosso município tem.

Explicou que este processo de apólice de acidentes pessoais é dinâmico e que está sempre a mudar, porque determinada pessoa sai porque se reforma.

Referiu que a contratação do prémio que se paga pela apólice não é sempre o mesmo, tem sempre mudanças, expondo que, a título exemplificativo, tira-se o magarefe do matadouro, é lá colocado outro, tem que se mudar o nome da pessoa na apólice, porque é essa pessoa que está a exercer a função, e neste caso, cada contratado é inserido na apólice com aquela profissão e estará coberto por um seguro pessoal, que é obrigado a ter quando vem trabalhar para a Câmara, pelos chamados recibos verdes, e pelo seguro de acidentes pessoais em serviço, que a Câmara tem, facultativamente, porque esse seguro não é obrigatório, mas é bom tê-lo, porque se acontece



A

48

alguma coisa depois paga a Câmara, em vez de ser a apólice a suportar os custos com a responsabilidade civil.

A Deputada Bárbara Fráguas colocou uma questão que tem a ver com o transporte de jovens de Sendim que vêm para Miranda, para os treinos de futebol, em viaturas da Câmara, e acha que isso é um apoio ótimo e que se não houvesse esse apoio por parte do município a maior parte dos miúdos não vinham aos treinos.

Mas já a têm questionado e ela tem dito que acha que sim, que está tudo previsto em termos de segurança e seguros, isso tudo e que eles podem realmente ser transportados nessas viaturas, mas que gostava realmente que lhe pudessem responder em relação a essa questão, para ter a certeza.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal respondeu que a Câmara Municipal já tem carros para transporte de miúdos, professores, com o CAB, e que está tudo de acordo com a normativa.

O Deputado António Santos disse que o grupo municipal que representa concorda com esta alteração, porque se trata de uma questão de bom senso, que segundo ele o que tem de haver nestes casos é bom senso e responsabilidade.

Referiu que o importante é que as pessoas sejam responsáveis e por isso acha que o regulamento deve de facto flexibilizar a utilização e agilizá-la.

Perguntou em que ponto está a questão da delegação de competências das estradas nacionais, já que sempre foi algo que o preocupou, e afirmou que é um fardo as estradas nacionais que atravessam o núcleo urbano, como é o caso desta, ser gerida por uma entidade externa à cidade. Afirmou que sabe que em tempos estava prevista a transferência de competências dessas estradas a troco de um pacote financeiro para a autarquia. E acha que era algo que se deveria tratar, porque não faz sentido, dando um pequeno exemplo, referiu que hoje à tarde vai decorrer o desfile de Carnaval, para o qual convidou toda a gente, a assistir.

Expôs que para realizar o desfile tiveram que pedir autorização à GNR e a Câmara, que autorizou, tivemos que pedir o parecer, e tivemos que pagar o parecer. Pelo que se apercebeu, isto para ser cem por cento correto, também tinha que se pedir parecer às Estradas de Portugal, porque vão pisar uma das estradas nacionais, pertença das Estradas de Portugal.

Sendo uma questão aqui, parece-lhe tão estranho isto. Acha que quem devia de facto responsabilizar-se por estas troços dentro do período urbano devia ser o município, transmitindo que sabe que isso está previsto.

A Presidente da Câmara Municipal afirmou que o Executivo não quer receber essas estradas.



6

X

O **Deputado António Santos** disse que, em termos de agilidade dos processos, que se fosse bem pago, houvesse um pacote financeiro para isso que seria melhor.

A **Presidente da Câmara** respondeu que isso seria bom.

O **Deputado António Santos** reafirmou que sabia que até dois mil e vinte e um isso estava para entrarem em vigor, depois não percebeu o que é que aconteceu.

O **Vereador Vítor Bernardo** esclareceu que foi negociado a nível da ANMP, e as câmaras, obviamente, não aceitaram, porque o envelope financeiro era cem e precisavam de quinhentos.

O **Vice-Presidente da Câmara** lembrou que a intervenção efetuada desde a entrada da cidade indo para Espanha até à barragem ficou em dois milhões e duzentos mil euros.

O **Deputado António Santos** disse que não se referia à extensão toda da estrada nacional, e que, prefere dentro do perímetro urbano, porque em caso de haver um acidente, como já aconteceu, há necessidade de colocar um sinal de limitação de velocidade, a necessidade de colocar uma rampa, está-se meses e anos à espera, ou seja, aqui também tem que imperar o bom senso, e há uma necessidade de intervenção rápida.

O **Vereador Vítor Bernardo** respondeu que, neste caso, estiveram pouco tempo à espera.

A **Presidente da Câmara Municipal** referiu que desde as solicitações efetuadas pelo Executivo não foi muito mau atempada destas situações, e aí o Vereador Vítor Bernardo teve um papel crucial, dado à insistência que houve. Explicou que o que fez aumentar a preocupação do Executivo foi a ocorrência de vários acidentes num curto espaço de tempo, e ficaram sem legitimidade para não virem resolver o problema.

O **Deputado António Santos** disse que já havia solicitações de trás, e que normalmente essas intervenções demoram muito tempo.

A **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que a resposta das IP neste caso e dado a insistência que houve, e aí o Vítor Bernardo teve um papel crucial, dado a insistência que houve, e eu acho que eles já não nos podiam ouvir e vieram intervir na estrada.

Afirmou que o que também desencadeou esta preocupação ao Executivo foram vários acidentes que ocorreram num curto espaço de tempo, e que as Infraestruturas de Portugal ficaram sem legitimidade para não vir intervir e o Executivo apelou a isso sempre que havia acidentes.

Deu conhecimento de que o Vereador Vítor Bernardo enviava toda a informação, sempre com insistência da intervenção, e acabaram por vir intervir.

Referiu que o acidente que vitimou a primeira vítima foi em novembro de dois mil e vinte e um, que foi a D. Aninhas Reis, e que a partir daí o Executivo não se calou.



Mencionou que, quanto à ação dos anteriores executivos, não pode pronunciar-se, mas que, da parte do atual Executivo, houve insistência e que as Infraestruturas de Portugal acabaram por cumprir.

Acrescentou que está fora de questão Município aceitar esses troços da E.N. 221 e da E.N. 218.

O Deputado António Santos disse acha que se está a abdicar um pouco dos deveres de supervisão e que acha que não ficava nada mal, não estando a ver isto numa perspetiva política, que não tem nada a ver com isso, mas que tem a ver com uma questão de agilização dos meios para intervenção, e que se fossem dados meios, seria com certeza, um problema muito mais ágil.

A Presidente da Câmara Municipal respondeu que esse foi o problema de base.

O Deputado António Santos disse que é uma questão de negociação.

O Vereador Vítor Bernardo referiu que quando começou, o primeiro acidente, depois houve um segundo acidente, e houve uma série de acidentes a seguir, no espaço de ano aconteceram ali quatro ou cinco acidentes, e então mandou um mail para as Infraestruturas de Portugal, dirigido ao delegado regional, que é de Vila Real, mais concretamente o Eng.º Helder Moura, a dizer uma coisa parecida com isto: "se vocês não fizerem nada nestes duzentos e cinquenta metros da nacional 218 aqui ao quilómetro 82, a responsabilidade do homicídio por negligência no próximo acidente mortal que ocorra é pessoalmente sua", e eles fizeram, tiveram que fazer.

Porque ninguém quer ficar com o ónus de não fazer e depois carregar para si uma responsabilidade que não quer ter sua, comentando que agora estão mais maleáveis e há a possibilidade, se o envelope financeiro for muito generoso.

O Deputado António Santos respondeu que pode acontecer como aconteceu na Escola de Sendim, que entregaram o edifício sem as obras.

Porque se entregarem as estradas nas devidas condições e com tudo preparado, é diferente.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal respondeu que o problema é que eles não entregam. E que a transferência de competências das estradas não vinham acompanhadas com cem mil, cinquenta mil, dez mil, não traziam nada.

Referiu que a transferência das escolas foi má, mas que vieram com a verba, e que nem lhes deram a possibilidade de escolher, entregaram-nas, e vem apenas a transferência de competências, tal e como ocorreu na transferência de competências das muralhas.

O Vereador Vítor Bernardo referiu que temos no nosso concelho um exemplo claro, da IP Património, em Duas Igrejas, estação, ciclovía.



A

Transmitiu que foi contactado telefonicamente por um vogal do Conselho Diretivo a dizer que iam alterar o contrato de comodato, e que o aumento da renda ia ser de dez por cento, tendo aplicado logo a taxa máxima possível e imaginária. Deu conhecimento de que lhe enviaram um mail a dizer que ainda não tinham podido aumentar, porque o software deles não estava adaptado, dizendo que eles fazem as coisas assim.

Referiu que entregaram a estação de Duas Igrejas à Câmara, e que a Câmara tem o ónus naquele contrato, pagam arrendamento, eles vão aumentá-lo, tem o ónus de a requalificar. E que, se a estação é deles, não deram. A título exemplificativo referiu que a Câmara pediu o edifício da antiga cadeia da comarca, e a Câmara compunha o Palácio da Justiça, por dentro e por fora, e a Câmara ficava com a antiga cadeia para fazer uma sala cultural.

A DGTSA Direção-Geral de Finanças fechou-se em copas, quer os trezentos e noventa euros, por mês, o contrato acaba para o ano, vão ficar com aquele espaço devoluto, não ficam com o Palácio da Justiça arranjado, e a Câmara fica ali com uma ruína. Expondo que aquele espaço até dava para ligar as duas ruas, porque aquilo é tudo público. Passava a ser tudo público, abriam-na em baixo, e ligavam a cima à Rua do Paço, mas a DGTF não quer.

Findas as intervenções, colocou a votação o assunto acima indicado, tendo sido aprovada por unanimidade a proposta de alteração ao regulamento n.º 87/2021, de 26 de janeiro, Regulamento de Utilização e Cedência de Viaturas do Município de Miranda do Douro.

9. Eleição de dois membros para representação da Assembleia Municipal na Comissão de Revisão do Plano Diretor Municipal, um efetivo e um suplente.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto e, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, passou a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** pediu para intervir para dar de forma sucinta uma explicação acerca do assunto em apreciação, e disse que na revisão do Plano Diretor Municipal esteve presentes o Vereador Carlos Ferreira, que representava então a Assembleia na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. E este assunto tinha que ser trazido à Assembleia para alterar porque vai fazer parte da nova Comissão de Revisão do PDM e propuseram, como efetivo, o Presidente da Assembleia, Óscar Afonso, e como suplente o Deputado António Santos.

O **Deputado António Santos** disse que pensava que se tratava de algo mais técnico, mas que aceitava a proposta.



A

O **Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu para votação, tendo sido eleitos para representar esta Assembleia Municipal na Comissão de Revisão do Plano Diretor Municipal, como efetivo, o Presidente da Assembleia Municipal de Miranda do Douro, Óscar Afonso, e como suplente o representante do Grupo do Partido Socialista, o Deputado António Santos.

10. Proposta de recomendação à Assembleia Municipal sobre o funcionamento das sessões da Assembleia Municipal e a comunicação com os municípios.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado Emanuel Bernardo.

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que a presente proposta foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que lhe foi entregue pelo Deputado Emanuel Bernardo, passando a palavra ao referido deputado para explicar à Assembleia o que está em causa.

O **Deputado Emanuel Bernardo** disse o seguinte:

“Eu não sei se todos leram o documento, mas parto do princípio que sim. Aqui eu queria resumir isto de uma forma simples.

O Regimento da Assembleia até está bastante bem construído, nós aqui há sensivelmente um ano, um ano e pouco, tínhamos falado em mexer um bocadinho nele e era mais neste sentido de tornar as assembleias municipais, e elas são públicas, mas devem ser transmitidas no site do município, que achamos que é importante, porque isto, numa visão até muito pessoal, vai sempre aumentar a transparência, aumentar a democracia, que ela existe muito em Miranda, mas que pode ser aumentada, e digo isto porque às vezes, e nós sabemos a questão dos trâmites legais, chegamos hoje, temos aqui a Assembleia, só aprovámos a ata em abril, o assunto chega às pessoas que não estão aqui porque infelizmente não temos muito público, em maio, ou seja, o assunto que se discute em fevereiro já divagou, ou seja, é no sentido de informar mais as pessoas. Nós achamos que não nos devemos sobrepor a ninguém e queremos que se chegue isto aqui com um consenso, se for um consenso entre todos criar uma comissão, eu proponho até para agilizar, e comentei isto com o Presidente da Assembleia Municipal, dois elementos um de cada grupo municipal, e depois em conjunto quer com os serviços municipais, se for o caso, quer pegando também exemplos que temos de outros municípios criar alteração no Regimento e se fosse necessário fazer um Regimento próprio para a transmissão e depois trazê-lo numa futura Assembleia. Espero que em abril, ou junho no máximo, consigamos trazer isso, e que isso passe aqui por unanimidade.



A

Acho que é uma questão de mais democracia, e acho que é simplesmente isto, não é nada do outro mundo, até aqui ao lado em Mogadouro também acontece e por isso, acho que para isso, todos estamos de acordo, penso eu, e por isso, é a única proposta que nós fazemos.

O Presidente da Assembleia Municipal disse que o que o grupo do Partido Socialista basicamente está a propor é que se crie aqui uma comissão de duas pessoas que avalie esta questão para ser acomodada no Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal.

Parece-lhe bem, e que já se tinha falado disto, e, portanto, a questão que se coloca é saber quem serão essas duas pessoas.

Enunciaram o Deputado Fernando Vaz das Neves e o Presidente da Junta de Freguesia de Picote, Jorge Lourenço.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal referiu que as pessoas indicadas não estão presentes e por esse motivo não deviam ser nomeados porque não estão cá para se pronunciar.

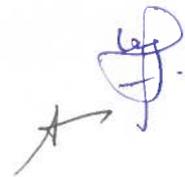
Perguntou da disponibilidade dos dois secretários, eleitos para integrar a Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal nomeou os elementos propostos por ambos os grupos municipais representados nesta Assembleia Municipal, que vão constituir a comissão, concretamente, os Deputados Emanuel Bernardo, e Paulo Barbosa, pelo grupo do Partido Socialista, e os Deputados Pedro Velho e Marisa Ortega, pela coligação do Partido Social Democrata/CDS –Tempo de Acreditar, tendo todos os presentes concordado e aprovado a proposta por unanimidade.

O Deputado Emanuel Bernardo mencionou que na proposta apresentada fala na nomeação de um dos elementos da comissão como Presidente dessa comissão..

A Presidente da Câmara Municipal referiu que, no fundo, o que está aqui a ser proposto é a disponibilização de equipamento para que as sessões sejam transmitidas ao público.

Considera que quanto mais andarem com comissões, mais se atrasa e que a sensação é que, quando se cria uma Comissão, é porque não se quer resolver os assuntos, afirmando que se é preciso, se fará, mas que o papel fulcral quem o vai ter são os técnicos da Câmara. Então sugeriu que se decida de uma vez por todas se é para fazer essa transmissão em direto, sem se estar a perder tempo.



O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que podia ser definido um prazo e esse problema ficava resolvido, e essa comissão pode avaliar outros pontos que observe no Regimento, que lhes pareça que podem ser mudados.

O **Deputado Emanuel Bernardo** disse que, neste caso, concorda plenamente com o que a Sr.^a Presidente disse, e que a questão principal é acautelar a parte legal da transmissão.

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que esse problema fica resolvido e essa comissão pode avaliar outros pontos que observe no Regimento que lhe pareça que podem ser mudados.

A **Presidente da Câmara Municipal** mencionou que a proposta de alteração aos Estatutos da Assembleia Municipal tem que vir à Assembleia Municipal para aprovação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que tem que comparar o Regimento e que deve ser definido um prazo para apresentação do Regimento.

Perguntou se até à próxima reunião teriam a proposta de alteração ao Regimento pronta para ser votada em abril. Acha que é preferível ser apresentada em junho porque dá mais tempo para discutir, para interagir com toda a gente.

Propôs que a proposta de alteração fosse entregue até ao final de maio, com o que os membros nomeados para o efeito concordaram.

O Vereador Vítor Bernardo disse que deve apenas constar que as reuniões da Assembleia Municipal serão transmitidas nas redes sociais e no site do município, disponibilizando-se o município a prestar os meios necessários para o efeito.

Concluído o período de intervenções o Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação o assunto supracitado, tendo sido aprovada, por unanimidade, a proposta de recomendação à Assembleia Municipal sobre o funcionamento das respetivas sessões e a comunicação com os municípios, nos termos apresentados pelos Membros do Partido Socialista, cujo teor se dá aqui por integralmente transcrito.

11. Apreciação da informação a prestar pela Sr.^a Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para que os partícipes interviessem, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal no sentido de explanar, de forma sucinta, o conteúdo da informação por ela remetida a este órgão deliberativo, acerca das atividades desenvolvidas nos diversos serviços da Câmara Municipal no



A

período compreendido entre trinta de dezembro de dois mil e vinte e dois, e sete de fevereiro de dois mil e vinte e três.

A Presidente da Câmara Municipal referiu a respeito deste assunto o que se segue:

“Neste resumo, que ele próprio se chama informação sumária, está aqui explanado muitas das atividades é que têm sido feitas a vários níveis.

Fica aqui o registo e a minha indignação pública pelo facto de o Chefe de Divisão da DOM não ter enviado a informação que lhe foi solicitada, mas isso é uma situação que queremos acautelar de futuro. Não sei se querem falar de alguma situação em concreto, mas a Câmara tem funcionado dentro da normalidade com as vicissitudes do dia a dia que é normal com a colaboração mais afinçada da parte dos colaboradores, menos de outros, mas as circunstâncias estão a fluir, e temos trabalhado em paz e harmonia, sempre a acautelar os problemas que vão surgindo, muitas das vezes aqueles problemas das fugas de água, onde intervimos e tentamos intervir logo de imediato. E, outras situações pontuais, é a situação das obras. Eu entendo perfeitamente a parte dos Presidentes de Junta de Freguesia, que são as pessoas que estão mais próximas da população, cada um na sua freguesia, e eu sei o quanto as pessoas vos abordam relativamente a questões que muitos de nós desconhecemos, porque não, não somos nós os Presidentes da Junta.

Nós tentamos unir esforço e a colaboração convosco no sentido de ir acautelando e minimizando o impacto de alguns problemas.

Nem tudo tem sido perfeito, naturalmente, mas estamos a aprender e a tentar, e à medida que o tempo vai passando, a tentar fazer com que as coisas fluam de outra maneira.

Já frisei, há pouco estes procedimentos de concursos de obras, estas empreitadas, como temos tido muito cuidado, isso é o que nos tem pautado e o rigor e a seriedade como temos tido muito cuidado.

Nestes procedimentos as coisas muitas das vezes atrasam-se e muitas delas por esta preocupação do cumprimento rigoroso da lei, e depois há aquela circunstância, para a qual já vos chamei a atenção, que é esta questão das candidaturas.

Nós hoje temos projetos e queremos avançar com eles e é o que eu ouço desde o início, desde o primeiro dia que estou naquela Câmara, temos que ver se há uma candidatura, porque efetivamente é a outra folga financeira e quando nós sabemos que os projetos são financiados e o que nos obriga, às vezes, estarmos à espera da tal candidatura, o trabalho como vocês sabem é feito.



[Handwritten signature]

Quero louvar aqui a excelente colaboração dos Vereadores do Partido Socialista, têm-nos dado muito apoio. Temos aprendido muito com eles, e, esta é a nossa postura na vida, aprender com quem andou à nossa frente e também aprendemos com os mais novos, naturalmente, para que possamos estar mais ou menos à altura de lhes poder dar resposta.

Não sei se vocês querem falar de alguma situação em concreto, mas é o que eu vos digo, nós estamos a trabalhar em prol do Concelho.

Também quero louvar a forma cordial como têm decorrido as reuniões da Assembleia Municipal, isso é muito importante.

Nós aqui estamos a trabalhar numa total transparência, estamos à vontade entre uns e outros. Nós estamos aqui para vos ouvir, para escutar os vossos anseios para muitos desses anseios serem transformados em trabalho. E, esta cooperação que eu vos quero transmitir, porque não há nenhuma quebra nesta ligação, nunca houve, não é isso que nós pretendemos. É natural que, haja situações que decorrem de uma determinada maneira, mas isso é natural, porque é em democracia que as coisas funcionam assim. Fomos nós que fomos eleitos, é o fluir da democracia é quem pauta a vida por estes valores, que a democracia nos trouxe, sabe que isto é normal.

Às vezes ganha-se, outras vezes perde-se, mas é este trabalhar em conjunto e este saber ouvir que nós queremos manter e estamos sempre abertos às vossas solicitações dentro do que é, muitas das vezes a diferença de estarmos na vida por uma ideologia, ou por outra.

Mas, como eu vos transmiti sempre desde o início, e isso penso que está bem vincado neste momento, desde o momento que fui eleita o meu partido político e Miranda do Douro, e é isto que eu tenho transmitido às pessoas, é esta aproximação que eu tinha e que tenho e que quero manter com as pessoas. É o que tem pautado a minha vida, e estou totalmente disponível para qualquer um de vós, e acho que a maior parte de vós sabe, porque eu gosto efetivamente do meu concelho, gosto das pessoas da aldeia, eu própria vivo na aldeia, por opção. E, tudo isto faz parte daquele imaginário de ter um Concelho melhor, e vou terminar.

Quero que no final deste mandato eu possa olhar para trás, e que vocês fazem parte desse olhar para trás, que possamos todos dizer, demos um contributo por este Concelho e isso é a premissa que me move. Muito obrigada a todos."

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou se mais alguém pretendia intervir, tendo manifestado essa intenção o Deputado António Santos.

O Deputado António Santos afirmou que concorda com as palavras da Senhora Presidente, o ambiente é importante, respeito e educação.



castelo, dizendo que não sabe se já acabou, ou se ainda vai continuar o parque de estacionamento.

O **Vereador Vítor Bernardo** respondeu que vai continuar. Vão fazer uma proposta à DRCN, e que têm que ser eles a aprovar uma passagem de mobilidade ao lado do Castelo, informando que isso já está projetado, e que não fazia parte do projeto.

Referiu que a passagem será em aço CORTEN, ou em aço com um ralo cinzento em metálica, para não bater na calçada medieval.

Referiu que também vão fazer no outro equipamento, junto à Rua do Castelo, já que não tem entrada visível tem um guarda corpos, e quem vier de fora pensa que só se pode ir por baixo.

Explicou que tem duas entradas, e, nas extremidades, então vão fazer uma entrada central com escada, mesmo no centro, direto para a Costanilha e para a mobilidade da cidade, e que há-de ficar a circulação como deve ser.

A **Presidente da Câmara Municipal** disse que, no fundo, pretendem melhorar, fazer obras de melhoramento nestas intervenções que foram feitas, porque, normalmente, a ideia com que se fica quando são feitas obras na nossa própria casa, agora devia ter feito assim, e agora estamos nesse momento de olhar para a obra concluída com todo o mérito que a obra tem, porque deu ali um enquadramento diferente à entrada da cidade e tem muita beleza, mas ainda há ali pormenores que podemos melhorar.

E, referindo-se ao que o Vereador Vítor Bernardo disse, comentou que têm o projeto para apreciação na Direção Regional da Cultura do Norte e são esses melhoramentos que vão ser feitos, tanto no parque de estacionamento, como no outro jardim que foi feito do outro lado.

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada a sessão eram doze horas e trinta minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal



Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

A Secretária da Sessão
